

JUVENTUDE, TECNOLOGIA E MUNDO DO TRABALHO - REFLEXÕES ACERCA DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL E DA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Karina Barra Gomes – UENF

gomes.karina@gmail.com

Mírian P. S. Z. Grinspun - UERJ

mzipin@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo possui como temática a influência que a tecnologia tem exercido sobre a formação e identidade profissional do jovem. A educação profissional e tecnológica, bem como a escolha pelos cursos superiores vem sendo modificada ao mesmo tempo em que a opção pela profissão se faz tomando como diretriz as exigências do mercado e das condições de trabalho. As indagações que nos inquietam nos levaram a compreender a posição social do jovem frente às transformações trazidas pela globalização, associada às políticas públicas que influenciam esse processo educacional.

Palavras-chave: formação profissional e tecnológica; juventude; políticas públicas

INTRODUÇÃO: UMA NOVA ERA EDUCACIONAL

O uso de recursos tecnológicos tem marcado e trazido transformações instigantes para a educação em todos os seus níveis, seja para a educação básica, a profissional e a superior. Reconhecemos que a globalização afetou o modo de estruturação escolar e de desenvolvimento do trabalho docente, pois ambos precisaram se adequar, principalmente, a realidade atual das ofertas de trabalho para a juventude, praticamente indissociáveis das TIC - tecnologias da informação e da comunicação (MOREIRA e KRAMER, 2007).

A nova ordem mundial, os processos de globalização e a difusão do discurso neoliberal inevitável estão demandando o surgimento de novas tecnologias que “socializam saberes e, em certo grau, padronizam os significados atribuídos ao mundo, à vida, à sociedade”, trazendo mudanças elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, estabelecendo, assim, diretrizes que afetam diretamente a educação e o mundo do trabalho (MOREIRA e KRAMER, 2007, p.3).

Grinspun (2006, p.173) também reflete sobre esse momento crítico, afirmando que vivemos um novo século composto por “um quadro bastante diversificado e complexo, seja no campo econômico, político, cultural, social”. Todavia, nesse período, mudanças significativas ocorrem em todos os setores da sociedade, “impulsionadas pelo avanço científico tecnológico”.

A própria Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, já prevê, em seu artigo 1º, que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, premissa que se associa ao que afirma Pereira (1999), acerca do predomínio que as regras do mercado passam a ter sobre os setores da sociedade, incluindo as atividades educacionais.

Sabemos que a educação com a qual lidamos e da qual fazemos parte como sujeitos, agentes sociais, educadores, estudantes e pesquisadores, constitui-se, segundo Gallo, numa “educação-Estado-instituída”, ou seja, ela abrange um caráter conformista aos interesses do Estado. “A educação moderna foi construída em torno da escola como máquina de Estado”, afirma o autor (GALLO, 2005, p.215).

Ao identificar o potencial político e social da escola, o Estado tratou de formar seus próprios sistemas públicos de ensino. Entretanto, esses sistemas vêm produzindo identidades em indivíduos, comunidades, bairros, sociedades e cidades, a partir do que é ensinado e valorizado por estas instituições.

METODOLOGIA

Este artigo é fruto de uma pesquisa que se encontra em andamento, no grupo de pesquisa **Jovens, Valores e Subjetividades, no Núcleo de Pesquisa dos Jovens - (Nupejovem)**, do programa de pós-graduação em Educação da UERJ. Ainda estamos na fase de revisão da bibliografia selecionada, bem como, reconhecendo o referencial teórico e identificando autores que possam vir a contribuir com o tema.

Como método de coleta de dados para esta pesquisa, optamos por entrevistar os professores do curso de Design Gráfico do IFF¹ em Campos dos Goytacazes, bem como aplicar questionário aos alunos. Por meio desses procedimentos metodológicos, será possível ter acesso a dados relevantes que podem contribuir de maneira efetiva para esta pesquisa no que se refere à visão que, tanto os professores, quanto os alunos, possam ter a respeito da aplicabilidade e utilização das tecnologias enquanto ferramentas necessárias para o processo educativo no curso de Design.

Buscamos, entre outras coisas, estudar a respeito da opinião, consciência e posicionamento desses jovens a respeito do uso que é feito da tecnologia que, de uma maneira geral, tem estado intensamente presente na educação profissional e não somente no curso ao qual pertencem, mas, de maneira bem intensa, na profissão de design.

A nossa busca também se estende no sentido de ampliar nosso conhecimento a respeito de que forma e quais tem sido as políticas públicas voltadas para aplicabilidade e uso das tecnologias na educação e formação de jovens para o trabalho, sendo o jovem estudante, um dos receptores mais próximos desta realidade que permeia a educação, ao mesmo tempo em que busca seguir um caminho profissional.

Quais têm sido as ações do Estado brasileiro frente à inserção das tecnologias na educação, principalmente quando necessita de profissionais com esta formação para serem inseridos no mundo do trabalho? Existem desafios? Quais são eles e como os jovens tem se beneficiado ou não dessas políticas públicas?

Utilizaremos, no decorrer da nossa pesquisa, o termo juventude e não adolescência e, portanto, vamos falar de jovens e não de adolescentes, por aceitarmos mais a configuração social/cultural que o termo juventude abrange, enquanto o outro está mais voltado para as características psicossociais de determinados indivíduos. Como a juventude pode ter um caráter quase ilimitado, estabelecemos limites para os "nossos jovens" pesquisados, entre 14 e 23 anos, para abrangermos diferentes níveis de escolaridade dos mesmos nas suas diferentes idades.

O JOVEM, A ESCOLA E O CAMINHO PARA A PROFISSÃO: UMA IDENTIDADE QUE VEM SENDO CONSTRUÍDA?

Dentro de uma nova perspectiva ditada pelos padrões tecnológicos e que abrange todas as esferas sociais, o jovem se depara com o dilema da opção pela carreira profissional, num mundo, agora, informatizado, e que se impõe para ele como aquele que detém o poder das máquinas, cada vez mais poderosas em seus efeitos.

Frigotto (2004) nos aponta que a nação brasileira possui um contingente extraordinário de crianças e jovens que, historicamente, vêm sendo “mutilados”, no que diz respeito aos seus direitos mais elementares. O autor nos remete ao fato de que as políticas públicas de natureza estrutural, em face da problemática dos jovens em sua relação com o mundo do trabalho e da educação, terão que enfrentar situações emergenciais e de curto prazo, se quiserem atender de maneira eficaz as juventudes que têm sido vítimas de todo um processo histórico que vem se desenrolando ao longo dos anos.

Em concordância com Frigotto (2007) e diante deste fato, perguntamos qual seria o tipo de educação básica e de formação profissional e tecnológica que se fazem necessárias, levando em consideração que a profissionalização do ensino médio e a formação

técnico/profissional têm se efetivado com uma perspectiva voltada para o trabalho? Como o jovem de hoje se vê na condição de escolher por uma profissão? Em quê se baseia? O que leva em consideração?

Algumas inquietações que abarcam nossas idéias nos levaram a buscar respostas que podem nortear nossa maneira de ver e pensar a educação: qual é o poder de influência da escola na vida e nas decisões do jovem dos dias atuais? Como e qual tem sido a identidade dos jovens produzida por meio da escola? A escola produz identidades em seus alunos ou os alunos levam para a escola suas identidades, preferências e ideais? Os cursos técnicos formam exclusivamente para o trabalho e colaboram para a formação de uma identidade profissional em seus alunos?

Sabemos que um vasto contingente de jovens, mais especificamente os que pertencem à juventude popular, precisa ingressar no mundo do trabalho muito cedo, ainda sem ter completado o ensino médio. A consequência disso para eles, é uma empregabilidade, muitas vezes, instável e a aquisição de baixíssimos salários.

Dayrell (2007) complementa esse raciocínio, afirmando que a vivência da juventude nas camadas populares é difícil e dura, pois os desafios se assemelham à pobreza e à garantia da sobrevivência, numa tensão entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.

A grande necessidade que aqui queremos enfatizar é a urgência que a maior parte dos jovens brasileiros tem de serem alcançados por políticas públicas que estejam preocupadas em oferecer um ensino médio e, ao mesmo tempo, uma formação técnico-profissional de qualidade. Em concordância com Frigotto (2004, p.208), afirmamos que o ensino médio, enquanto educação básica, deve prezar por desenvolver “como eixo central a articulação entre ciência/conhecimento, cultura e trabalho”.

A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996, Art. 10) estabelece que a elaboração de políticas e planos educacionais é responsabilidade do Estado. Desta forma, o desenvolvimento do educando em direção a sua busca profissional, dependerá da participação do Estado para o investimento de padrões mínimos de qualidade do ensino, como consta no artigo 4º da mesma legislação.

Sabemos que a escola não garante o emprego para os jovens. Mas se houverem políticas públicas que visem a melhoria do ensino, a educação básica poderá conceder aos jovens brasileiros a base de conhecimentos que necessitam, até mesmo com relação à informatização e à inserção no mundo virtual, lhes acrescentando a possibilidade de compreensão e a análise do “mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico”

(FRIGOTTO, 2004, p.213), habilitando-os para atuarem como trabalhadores nesta sociedade caracterizada, também, pela globalização e informatização das idéias.

Desta forma, podemos encontrar um contingente de jovens autônomos, protagonistas de uma cidadania ativa, mais aptos a identificarem uma carreira profissional que corresponda às suas expectativas, detentores de uma consciência crítica não apenas para atuarem num mundo do trabalho complexo, competitivo e exigente, mas para serem capazes de buscar e ter sua própria identidade profissional.

Por certo, a identidade do jovem atual vem sendo permeada pelos atrativos do mundo tecnológico, o que poderá influenciá-lo na opção por um curso de nível técnico ou superior, na busca por sua profissão. Segundo Sarti (2004), ele busca outros referenciais fora da família, como parte de seu processo de individualização, perante o mundo social.

É bem possível que o valor do salário de cada profissão, também possua um grau de influência peculiar no momento da escolha profissional, embora essa seja uma questão que mereça ser investigada em casos específicos. Mas em muitos casos, o jovem nem mesmo tem a opção de escolha, pois precisa se sujeitar a tal condição de empregabilidade.

Contudo, o fato dos adolescentes e jovens que pertencem a uma classe social de nível elevado estarem tão ligados à informática, aos filmes, à televisão, à *internet*, às salas de bate-papo, ao *orkut*, aos *games* e às máquinas, pode aproximá-los de uma busca profissional que inclua a tecnologia como instrumento de trabalho. Uma pergunta que fazemos a partir dessa informação: o uso da informatização na educação pode exercer influência na opção pela profissão e na formação dessa identidade no jovem?

Sá e Magalhães (2008) chamam atenção para o fato de como o uso da tecnologia pode ser focado do ponto de vista dos alunos. Para os autores, jovens de níveis sociais mais elevados não se aprofundam na discussão da tecnologia e sua utilização, uma vez que ela já faz parte do seu cotidiano. Os autores defendem que esses jovens são como que “nativos digitais” e que têm a tecnologia como algo natural em suas vidas.

Mas Machado consegue ver de outro modo o perfil do aluno da educação profissional e tecnológica. Para Machado (2008), esse aluno precisa ter um raciocínio crítico, ser capaz de perceber o mundo do trabalho e os aspectos sociais que o permeiam, discutir fatos e idéias relacionadas com as tecnologias e seus usos.

A escola tem seguido o modelo do mercado, segundo Gallo (2005, p.217), ao mesmo tempo em que ela se torna um “mecanismo de poder” nas mãos do Estado e do sistema capitalista, agora globalizado. Entretanto, sabemos que o uso das tecnologias, especialmente do computador, altera todo o sistema educacional. Esta prática passa a ser, também, um

grande desafio para o educador que adquire a necessidade de saber manusear e utilizar os aparatos tecnológicos em sala de aula, tais como: computadores, *notebooks*, *datashow*, câmeras, aparelho de DVD, entre outros.

Em diversas escolas municipais e estaduais, a presença de *notebooks*, em sala de aula, tem sido uma prática regular em todas as disciplinas. A aula chamada de Informática Educativa possibilita que professores introduzam os *notebooks* nas salas para ensinarem seus conteúdos, por meio do auxílio de um professor de informática.

Esta oportunidade “promove” os educadores atuais a um novo “nível de ensino”, no qual eles tenham que se adaptar, por exemplo, a utilizar programas do computador para preparar suas aulas. Sá e Magalhães (2008, p.203) afirmam que “o uso do computador se mostra eficaz e eficiente para a aprendizagem, dependendo da abordagem pedagógica” e da relação que o educador estabelece com a máquina na sala de aula.

Isto pode significar algo, também, para o aluno da educação básica. Já que estes novos recursos são introduzidos na escola tão cedo (no caso do ensino fundamental), obviamente, o interesse do adolescente pelo uso das máquinas pode se intensificar de maneira mais efetiva, o que poderá despertá-lo muito mais facilmente para, futuramente, ter uma profissão que faça uso de determinadas tecnologias, à medida que se familiariza com o uso que faz da máquina e se identifica com esta nova identidade tecnológica.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM CONSONÂNCIA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATUALIDADE

Quando o mundo do trabalho começa a enfrentar transformações, as profissões e seus significados passam a ser alterados e ressignificados. O trabalho assume, cada vez mais, novas formas de ação, competências e contextos diversificados.

A partir dos anos 80, novas formas de gestão e organização modificaram o mundo do trabalho. Nas décadas de 70 e 80, os impactos das novas tecnologias ganharam força e estabeleceram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de reagir em situações em constantes mutações, pois “um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas (...) pela crescente internacionalização das relações econômicas” (BRASIL, 2000, p.77).

Harman (*apud* LEMOS, 2001) identifica uma mudança na mentalidade dos indivíduos em relação ao trabalho, devido ao avanço tecnológico, ao mesmo tempo em que a substituição do trabalho físico possibilita o surgimento de novas habilidades.

Como resposta a estes desafios, escolas e instituições de ensino profissional trataram de diversificar programas e cursos profissionais, permitindo que novas áreas educacionais fossem atendidas no sentido de suprir a necessidade do contingente juvenil da população.

A educação profissional se destina a estudar os processos técnicos e sua relação com o trabalho, “promove a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimento e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas” (BRASIL, 2000, p.67). Ela não deve ser concebida apenas como uma política assistencialista ou de ajustamento às demandas do mundo do trabalho, mas também como um meio de propiciar o acesso das conquistas científicas e tecnológicas a sociedade.

É necessário que a formação e o perfil do aluno da educação profissional estejam atrelados à compreensão deste novo mundo do trabalho, de forma reflexiva e crítica, bem como, ao mundo dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem.

Segundo Frigotto, o tema da relação juventude, trabalho e educação tem representado uma preocupação específica no âmbito das políticas públicas do Estado brasileiro. O plano onde se estabelecem as ações referentes às essas políticas “se move num terreno contraditório repleto de riscos” (FRIGOTTO, 2004, p.184).

Machado (2008, p.18) enfatiza a respeito da compreensão que o aluno deve ter a respeito da “evolução do mundo natural e social do ponto de vista das relações humanas para o progresso tecnológico” e ainda, das “motivações e interferências das organizações sociais pelas quais e para as quais (...) estes sistemas foram criados”. Podemos considerar que, desta forma, se o aluno realmente conseguir adquirir essas percepções, poderá ser possível o desenvolvimento da formação de sua identidade profissional, baseada numa consciência plena que se estabelece em concordância com o meio social.

Após várias discussões, o Plano de Desenvolvimento da Educação propôs, por meio do Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, a articulação entre a educação profissional e o ensino médio, visando a melhoria do ensino médio integrado e a ampliação de sua oferta nos sistemas de ensino estaduais (BRASIL, 2007).

Esta proposta da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica vem sendo discutida desde 2003, quando houve certa efervescência nos debates relativos a esse assunto. A proposta torna-se pertinente a partir da seguinte premissa: a ênfase que é dada para a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional.

Contudo, o êxito dessa política pode se concretizar se forem estabelecidos, por base, objetivos concretos, que sejam compatíveis com a realidade de cada local, enquanto que o

papel da sociedade civil seja o de compreendê-la como adequada e necessária à formação dos cidadãos, bem como o de comprometer-se com ela.

Se dentre os objetivos dessa política estão o de gerar possibilidades para jovens que cursam o ensino médio receberem, ao mesmo tempo, uma instrução técnica, tendo em vista a necessidade que têm de adentrar no mundo do trabalho, torna-se perfeitamente necessária essa integração do ensino médio ao técnico nessa conjuntura social e econômica que nos encontramos.

Sabemos que poucos são os jovens, em toda a sociedade, que podem esperar até aos 18 anos de idade para buscarem um emprego. Encontra-se aí a real necessidade dessa integração, a qual também é apontada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (*apud* BRASIL, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A JUVENTUDE E SUA BUSCA POR NOVOS CAMINHOS PROFISSIONAIS

No decorrer dos anos, a juventude tem sido identificada como uma fase de transição da adolescência para a fase adulta. Jovens que possuem a oportunidade de seguir normalmente o ciclo educacional e adentrarem no mercado de trabalho depois dos 20 anos o fazem porque desfrutam da possibilidade de enfrentar a “concorrência” com mais preparo. Porém, a condição juvenil brasileira não se constitui como uma temática homogênea, uma vez que a natureza das classes sociais do país é bem heterogênea.

Como sabemos, o resgate do papel da educação e da formação para o trabalho segue a direção do atendimento das exigências da sociedade do conhecimento, onde as possibilidades de empregabilidade mais seguras são oferecidas para a minoria dos jovens.

A partir da implementação de políticas públicas por intermédio de bolsas de estudo foram abertas mais possibilidades para jovens desprovidos de boas condições econômicas disputarem o mercado de trabalho. Entretanto, a condição juvenil encontra-se, nos dias de hoje, diante da ausência de perspectivas positivas em relação ao emprego e a mobilidade social.

Estamos inseridos numa “nova arquitetura social” (GIDDENS *apud* DAYRELL, 2007), que determina as mutações no mundo do trabalho e que altera a inserção dos jovens no mercado.

Segundo Pochmann (2004), os saberes do *ser jovem* podem estar relacionados à transitoriedade associada à incerteza e a instabilidade, já que fala-se de turbulências que compõem essa fase de transição juvenil, considerando-se a complexidade que a caracteriza.

Nos dias atuais, sabemos que mesmo com uma formação profissional definida na fase adulta, podemos encontrar indivíduos com renda insuficiente para obter a independência econômica familiar. Deste modo, existem muitos jovens que estão subordinados e dependentes dos seus pais, o que também pode causar conflitos familiares.

O fato é que observamos grandes desigualdades nas oportunidades de educação e trabalho entre os jovens. Pochmann (2004) afirma que o desemprego dos jovens de baixa renda é bem maior do que o desemprego entre jovens de renda elevada. Observamos, portanto, que as dificuldades de inserção do jovem no mundo do trabalho produzem consequências negativas para a juventude de uma maneira geral.

Com base nas evidências apontadas, podemos constatar, então, que a própria natureza da classe social a qual pertence o indivíduo, pode impor condições diferenciadas de sobrevivência à juventude. Ainda assim e independente do nível social a que pertence, o jovem precisa encontrar um meio de sobrevivência.

Presumimos que a implementação de políticas de caráter distributivo, políticas direcionadas à construção de fundos públicos, podem gerar direito à escolaridade e à vagas de emprego. A política de integração do ensino médio ao técnico profissional mencionada anteriormente também se torna um bom trajeto para que jovens, muitas vezes excluídos socialmente, possam despertar para uma oportunidade melhor, reconhecendo, no caminho para a profissão, a formação de sua identidade nesse processo específico e peculiar.

Como afirma Frigotto (2004), nem a rigidez do mercado de trabalho, nem tão pouco a tecnologia podem ser responsáveis pelo desemprego e pelo trabalho precoce. São as relações de poder que estão estabelecidas na sociedade capitalista as grandes responsáveis por esse processo de desigualdade social que afeta, principalmente, nossas juventudes.

Portanto, podemos perceber a complexidade do assunto das políticas públicas no Brasil, uma vez que, para a geração de empregos, seria necessário contrariar o interesse de alguns poucos que detém em seu poder um expressivo contingente de altas finanças.

Está em poder do Estado realizar as alterações necessárias no âmbito das políticas públicas. Em sua definição, segundo Bucci (*apud* CHRISPINO e DUSI, 2008), elas constituem, primeiramente, programas de ação governamental que visam meios à disposição do Estado e atividades privadas para, então, realizar objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Podemos considerar que a formação da identidade profissional dos jovens está atrelada e diretamente relacionada a esse complexo processo de estabelecimento de políticas públicas. No mundo informatizado e tecnologicamente já organizado, as oportunidades no âmbito

educacional e profissional para a juventude precisam ser ampliadas com o apoio do poder público, por meio da implementação e execução de políticas que sejam de caráter emergencial.

NOTAS

1- Instituto Federal Fluminense, antigo CEFET que, em Campos dos Goytacazes, já se tornou instituto, devido ao número de cursos que compõem o ensino superior nesta instituição. O IFF é uma instituição com o perfil formador de técnicos e tecnólogos, apesar de ter alguns cursos de licenciatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Educação Profissional – Referências Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27.839.

CHRISPINO, A; DUSI, M. L. H. M. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**. v.28, n.100, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**. v.28, n.100, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

_____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.180-216.

GALLO, S. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. In: SILVEIRA, R. M. H. **Cultura, Poder e Educação – um debate sobre Estudos Culturais em Educação**. Canoas: ULBRA, 2005, p.213-223.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo: Cortez, 2006, 3ª ed.

LEMOS, C. G. **Adolescência, identidade e escolha da profissão no mundo do trabalho atual.** São Paulo: Vetor, 2001.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** .v.1, n.1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2009.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação & Sociedade.** v.28, n.100, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

PEREIRA, J.E.D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para formação docente. **Educação & Sociedade.** v.20, n.68, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: jun. 2008.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.217-241.

SÁ, H. R. de; MAGALHÃES, M. M. G. de. Percepções da formação docente face à tecnologia. In: MAMEDE-NEVES, M. A.; CASTANHEIRA, M. (Orgs.). **As coisas são coisas até que os jovens em rede provem o contrário.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2008, p.197-224.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.115-129.